

*Intervenção do Deputado Marco  
Costa – debate do Programa do  
Governo – novembro de 2016*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Poder Local é o garante do exercício político em proximidade. Através dos Municípios e das Freguesias a prática política é efetivamente realizada com as pessoas e para as pessoas.

Mais do que afirmar a ***estreita e inegável colaboração entre a administração regional e os municípios e freguesias, como parceiros estratégicos para o***

***desenvolvimento dos Açores***, o Governo Regional tem de ser o garante da **equidade** no tratamento de todas as autarquias dos Açores.

Exige-se ao Governo Regional previsibilidade na atribuição de apoios aos Municípios e às Freguesias dos Açores, bem como na celebração de protocolos.

Não vale a pena ***acarinhar*** o aumento das competências, sem dar condições para a real execução dos objetivos traçados.

Num ano de Eleições Autárquicas exige-se uma responsabilidade extra ao Governo Regional, e deve ficar claro, em sede de programa de governo e de orçamento, quais os propósitos do Governo Regional em relação a cada autarquia

dos Açores, clarificando perante os Açorianos qualquer tendência de juízo político.

Tão importante como a responsabilidade de executar é ter a clareza no ato político, evitando dar razão a quem atribui leituras laterais às decisões.

A correta aplicação dos Fundos Comunitários é fundamental para o desenvolvimento dos Açores, mas preocupa-nos os atrasos na execução do Programa Operacional 2020.

Mas sabemos que vontade e projetos não faltam às Autarquias do Açores.

Utilizando os Fundos Comunitários, o Governo Regional acordou com os Municípios a gestão de 161 Milhões de Euros. E deve ficar claro e assumido que estes são mesmo fundos que só devem se utilizados pelos Municípios. Urge tomar as diligências necessárias para aferir todas as causas que podem estar na origem de da baixa execução deste Programa Operacional, em 3 anos de vigência de quadro comunitário.

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Vice-Presidente do Governo

O Programa do Governo afirma que ***têm sido incrementadas medidas de reposição do financiamento aos Municípios.*** Mas a verdade é que, ao não se seguir o estipulado na Lei da Finanças Locais, os municípios dos Açores vão receber, em 2017, menos **13 milhões de Euros** do que deveriam receber.

A Associação de Municípios dos Açores tem defendido que:

**«O que os municípios dos Açores pretendem é que se cumpra integralmente a Lei das Finanças Locais. Este Orçamento de Estado de 2017, não cumpre na íntegra a Lei das Finanças Locais».**

Ser presidente de Junta de Freguesia ou de Câmara Municipal, continua a ser dos cargos políticos mais difíceis, pela escassez de recursos financeiros. Mas o Poder Local representa a essência da governação democrática em proximidade com a as pessoas.

Queira o Governo Regional colaborar neste desígnio, não olhando às cores políticas dos eleitos pelo povo, exercendo a equidade na atribuição de apoios, e caminharemos para uma Região mais desenvolvida e mais coesa.

Tenho dito.